

to histórico. Os fenômenos contemporâneos, ao contrário, com o alargamento e esgarçamento das fronteiras nacionais potencializam de forma inesperada o trânsito do *flanêur* na medida em que investem por sobre outra instância cara à burguesia – o Estado-nação. Este, como acontecera com a cidade e seus muros no século XIX, que pela expansão contínua perdia suas fronteiras tradicionais, perde as suas características tradicionalmente geográficas para se constituir exclusivamente a partir das leis que o regem e dos contratos que celebra com seus cidadãos e com outros estados. O território físico do Estado-nação, na era da globalização e depois dos atentados de 11 de setembro, são meras vias atravessadas por massas populacionais sem identidade.

O homem, na busca de satisfação de suas necessidades como alimentação, abrigo e segurança, territorializava-se ocupando uma extensão de terra e praticava a ação contrária desterritorializando-se por esgotamento dos bens naturais, por novas necessidades, imposições ou inquietude própria da espécie humana (Ianni, 1996). Compreendida como um processo correlato ao processo de globalização, a desterritorialização se agregam valores positivos e negativos tornando-a um daqueles famigerados conceitos guarda-chuvas. Nela se agregam a diáspora dos negros africanos, a colonização das Américas, o nomadismo forçado de populações asiáticas, o holocausto judeu, e os mais variados fenômenos migratórios internos e externos do século XX.

É com esta perspectiva que podemos ler as séries literárias portuguesas que se desenvolveram a partir da data simbólica do 25 de Abril. O fenômeno político-social que esta data marca denota que um processo claro de reenvio de populações a novas fronteiras geopolíticas veio a se dar, de maneira que uma imensa população que antes se agrupava sob a égide de um Império agora se fragmentava não apenas em seis estados independentes, mas como povos que jamais haviam se reconhecido – o estatuto nacional agora adquirido impunha uma ordenação de seus modos de estarem no mundo nunca antes tentado.

Portugal: a desterritorialização como trauma

Em Portugal, após a admirável ressaca histórica da revolução e das independências dos PALOPs, fez-se hora para se perceber o estado de coisas – a Literatura, quase que imediatamente, se lançou em compreender o novo lugar que a nação ocupava na História medindo, quase que palmo a palmo, o percurso que a levava ao desastre dos anos de fascismo e da guerra colonial. Momento inusitado para todos os grupos sociais e culturais envolvidos, a fratura que o 25 de Abril representou teve como consequência imediata uma nova relação com os espaços físicos – fosse na relação com os territórios nacionais, fosse na relação com os espaços urbanos e rurais. Para tanto, temos que perceber o conceito de espaço, tal como foi apresentado por Ferdinand Braudel (1988), para compreender como a cultura se move no correr do tempo. O espaço se oferece como ponto fixo diante de um fluxo de mobilidade social, econômica e cultural que a História prevê, condicionando movimentos humanos. Apesar de fixo, com aspirações à imobilidade, é, também, condicionado pelos próprios movimentos humanos que nele se operam. Como dirá Michel de Certeau, mais tarde:

existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidade de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que ai se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. (1994, p. 202).

Sem dúvida, é a relação com o espaço geográfico que configura o desenvolvimento das formas civilizacionais. É da interação com o meio geográfico que emergem as necessidades culturais de uma sociedade humana, instituindo os seus relatos diretores e prescritivos de sobrevivência – vulgarmente, os seus mitos. Maurice Halbwachs (1990) aponta que a memória de uma sociedade, a

memória coletiva, é organizada a partir dessa interação, já que será por seu intermédio que as técnicas de sobrevivência de uma sociedade num determinado meio serão por elas transmitidas e asseguradas de geração para geração.

No entanto, como compreender essa forma de memória ancorada em espaços geográficos num mundo em que a emigração forçada e as fronteiras tradicionais das sociedades foram apagadas por diversas contingências históricas? Ao invés de encontrarmos a pacífica transferência do saber de uma geração a outra, numa corrente incessante que localizava o indivíduo num tempo e num espaço, vamos observar, ao contrário, uma desesperada busca pela preservação da memória e do ato de lembrar.

Maria Alzira Seixo parece dar o testemunho mais evidente da série literária que se inaugurara em 1974. Ao realizar o balanço da produção portuguesa dos dez anos anteriores, afirma que um dos traços mais marcantes era “o do alargamento da temática da revolução de Abril, dos tempos que a antecederam e dos que a sucederam, recorrendo a mananciais como a guerra colonial e os transe de emigração, fixando o interesse na consideração da terra enquanto emblema pátrio ou corpo histórico a conhecer” (Seixo, 1986, p. 64). Chama a atenção que desde aquele momento, Seixo verifique que a terra comparece, de maneira flagrante como, emblema da Nação. “Emigrar para dentro”, como dissera o poeta Manuel Alegre quase vinte anos antes, parecia ser a palavra de ordem e se poderia acrescentar: dentro da terra, dentro da História.

Entretanto, alguns anos mais tarde, José Saramago, em processo ainda de consagração, publicava *A jangada de pedra* (1986). Com seu enredo hoje já intensamente discutido, naquela altura, abriu espaço a discussão da formação das identidades culturais dos povos ibéricos ao propor uma correção que submetia a geografia física à história. O espaço não era mais fixo e, ao invés de se apresentar como acolhedor e dócil às ações humanas que aboliam as fronteiras naturais da península com a Europa, contrariando a integração de Portugal e Espanha na Europa, lançava-se em viagem como os antigos navegantes.

Canto de louvor ao hibridismo cultural, *A jangada de pedra*, no entanto,

não deixa de dar contornos eloqüentes, grandiosos, quiçá épicos ao processo de rediscussão identitária.

quando Joana Carda riscou o chão com a vara de negrilho, todos os cães de Cérbere começaram a ladrar, lançando em pânico e terror os habitantes, pois desde os tempos mais antigos se acreditava que, ladrando ali animais caninos que sempre tinham sido mudos, estaria o mundo universal próximo a extinguir-se (Saramago, 1988).

Ao confluir o gesto desinteressado de Joana Carda e o ladrar dos cães de Cérbere dá contas de uma escatologia em que a ordem das coisas será enfim extinta, advinda de uma catástrofe. Não deixa de ser curioso que Saramago só pudesse encenar a redescoberta da identidade ibérica através da catástrofe natural que afligiria toda a Península. Mais do que uma correção da geografia, é a expectativa de consumação dos tempos que predomina no correr do romance – quase que como um novo Éden e, portanto, um novo começo, podemos esperar um outro mundo em que a solidariedade será a tônica das relações humanas – uma promessa de utopia, enfim.

É nessa esteira que Manuel Alegre, em 1989, publica o seu *Jornada de África*. Extensão em narrativa de uma série de poemas seus, publicados desde 1965 até 1979, o romance narra a trajetória do alferes Sebastião em uma nova Alcácer-Quibir, agora situada em Angola. A guerra das independências ganhava, finalmente, a narrativa que lhe deu uma forma didática em que o sonho imperial de D. Sebastião se convertia no pesadelo de Salazar. Este romance abria questões que a crítica pouco vislumbrara até então – é flagrante a forma como que o narrador continuamente se refere ao front angolano como o deserto de nada em que o Rei desaparecera no século XVI. Este nada – este para além do conhecido, em que se perde a consciência de si e, conseqüentemente, a própria História, só pode ser reenviado à velha saga dos descobridores, ao velho mar tenebroso, ao velho mito. Quantas outras narrativas como essa nos vêm à memória? Antonio Lobo Antunes, Saramago mais uma vez, pelo

menos; Lídia Jorge; Helder Macedo; e tantos... tantos outros a nos indicarem a recorrência, a referência, e a reverência ao mito. Seria incapaz a Literatura de se renovar? Ou seria mais produtivo buscarmos sentidos em outros campos que não o literário?

Em ensaio já clássico, publicado em 1992, Boaventura de Sousa Santos percebeu a cultura portuguesa, ímpar no concerto europeu, caracterizando-a como cultura de fronteira. Nunca tendo ocupado o centro cultural da Europa, Portugal compôs a sua imagem de centro, entrando em profunda identidade com as colônias que gerou, funcionando como centro em relação a elas, mesmo que subalterna aos interesses das potências centrais. Para Santos, então, a cultura portuguesa, então, passa a ser uma forma de se estar no mundo:

...não existe uma cultura portuguesa, existe antes uma forma cultural portuguesa: a fronteira, o estar na fronteira. (...) A cultura portuguesa é uma cultura de fronteira, não porque para além de nós se conceba o vazio, uma terra de ninguém, mas porque de algum modo o vazio está do lado de cá, do nosso lado. E é por isso que no nosso trajecto histórico cultural da modernidade fomos tanto o Europeu como o selvagem, tanto o colonizador como o imigrante (Santos, 1992, p. 134).

Dessa forma, não seria estranho reivindicar para Portugal também o entrelugar que Silviano Santiago reivindicara para as culturas latino-americanas (Santiago, 1978, p. 11-28), sem, no entanto, observarmos que o destrocamento dos conceitos de unidade e pureza, fundamento para a vigência no entrelugar, não é uma violência reconhecida no cotidiano desta Literatura, apesar de Sá-Carneiro ter proclamado que Fernando Pessoa e Santa Rita eram maiores do que Picasso, Paris e o futurismo. Talvez Sá-Carneiro tivesse compreendido esta condição inusitada para Portugal em sua época. Este típico *flâneur* benjaminiano, com ares lusitanos, no meio da cidade moderna, não quis regressar, porquanto sua busca encontrava-se alhures, mas, principalmente, no além-tédio... e ninguém.

Se o mito se oferece tão possante, a ponto de não o podermos recusar

ante a questões tão contemporâneas e tão insuspeitas para o tempo em que foi forjado, é porque ele terá um poder catalizador que oferece sentido até para a literatura dos anos noventa, quando a inserção na Europa e o *modus vivendi* globalizado passaram a fazer parte do cotidiano português.

Não haveria saídas a Portugal? Vemos a ficção mais recente e percebemos que ainda se busca porto – não se sabe se há uma Calicute por achar, não se sabe se há. Há a fixação em viagem – como se o modo de estar português fosse o trânsito permanente – mesmo Garrett não encontrou sua terra, encontrou mais história...

Memória

Na sociedade midiática atual, a recordação, delegada a instrumentos alheios ao aparelho psíquico da memória, impõe um excesso de memória, sob o risco constante de implosão dos meios de armazenamento e, por conseguinte, do medo de esquecimento. Nossa sociedade transita sobre um fio de navalha em que de um lado se encontram o esgarçamento das formas tradicionais de arquivamento da memória e do outro as formas que a tecnologia ofereceu para o mesmo arquivamento – o risco maior é que a confiança depositada nos meios eletrônicos seja traída e venhamos a perceber que o que lembramos não decorre mais de nossa experimentação pessoal ou daquilo que as gerações mais velhas nos transmitiram, mas unicamente e exclusivamente do que emana dos arquivos artificiais.

Neste momento, nem Walter Benjamin, quem primeiro apontou o esgarçamento da memória na modernidade, pode oferecer um arcabouço de reflexão segura, já que, ao pensar nas formas de transmissão de saber, observou que a industrialização e a cidade moderna impunham uma vivência individual e intransmissível. Andreas Huyssen (2000) compreende que tradicionais abordagens sociológicas, como a de Halbwachs, não são produtivas para a operacionalização do momento presente:

as contrastantes e cada vez mais fragmentadas memórias políticas de grupos sociais e étnicos específicos permitem perguntar se ainda é possível, nos dias de hoje, a existência de formas de memória consensual coletiva e, em caso negativo, se e de que forma a coesão social e cultural pode ser garantida sem ela (p. 19).

Dessa forma, o que nos resta são os relatos que assumem a sua condição de vivência, no sentido de Benjamin, mas que, no correr dessas transformações são observadas como relatos metonímicos de uma coletividade.

Memórias em *Lourenço Marques*, ruínas em Maputo

Numa dessas tarde de fim de domingo, o pai disse: “Vamos embora. Voltamos para Portugal”. E corrigiu, como se tivesse dado um erro de gramática diante dos filhos: “Voltamos para a Metrópole”. A gramática tinha erros assim. Metrópole. Mas ele não voltaria. Não voltaria porque nunca tinha saído da sua Metrópole [...].

(Viegas, 2003, p. 23)

É com esta perspectiva que encontramos o romance recentemente publicado de Francisco José Viegas, com o incômodo título *Lourenço Marques* (Asa, 2002). Aos leitores de seus romances que se acostumaram ao estilo de *roman noir*, com muito suspense, detetives gastronômicos e cadáveres, Viegas oferece uma narrativa bastante peculiar para o conjunto de sua obra, não fosse ele um ex-professor viciado em jornalismo, portanto um crítico literário sem os vícios da universidade.

De súbito, somos levados a tomar contato com um cadáver – para variar incômodo, como todos os cadáveres o são. Mas a narrativa não é sobre o cadáver de Gustavo Madane, um moçambicano com várias passagens pela polícia – ele serve, como nas várias narrativas policiais para introduzir uma ação e uma investigação – aqui, no caso, de outra ordem. Não se trata da investigação sobre esta morte, mas sobre a morte de *Lourenço Marques*. Não daquele que dera nome à cidade, mas da própria cidade, “a pérola do Índico”,

que desaparecera sob Maputo.

Após a exibição do cadáver de Gustavo Madane ao leitor, a ação é cortada para o aeroporto de Maputo, onde são ouvidas chamadas de vôo para Beira, Nampula e Porto Amélia. Ali irá se dar, talvez, uma das mais contundentes narrativas em discurso indireto livre da literatura portuguesa mais recente. Miguel, o empresário viajante português, retorna a Maputo em busca de Sara, sua mágica paixão adolescente, que desaparecera há mais de ano nas selvas próximas ao Lago Niassa. No entanto, não sabemos ainda disso, apesar da expectativa já ter sido quebrada pelos textos que se encontram na sobrecapa do livro – aliás, uma belíssima sobrecapa que reproduz uma foto do Hotel Polana, em 1925, em *Lourenço Marques*. No entanto, apesar das apressadas informações dadas pelo editor, somos surpreendidos. O fluxo de pensamento de Miguel é incessante e se confunde, muitas vezes, com a fala do narrador, e com a fala dos outros personagens, induzindo a uma profusão sonora, poluidora, que dá a nós leitores a perfeita noção da balbúrdia do aeroporto. Miguel cruza com Daniel Venda, com quem trava uma daquelas conversas de saguão de aeroporto em que se busca passar o tempo enquanto se amaldiçoa aquele que puxou conosco conversa. Mantendo sua identidade incógnita, nós leitores, já sabemos, Miguel ouve de Daniel a longa estória a respeito da transformação de Moçambique, entre goladas de Johnny Walker e soda Schweppes. A velha estória contada a respeito do arruinamento da cidade e do país – e todos os clichês colonialistas. É quando, então, irrompe o discurso de Miguel, revertendo todas as expectativas e todos os discursos já cristalizados a respeito da guerra e da independência dos países africanos. Surpreendendo-nos pela sua simplicidade, clareza, espontaneidade e honestidade. Estamos diante de uma fala perturbadora, pois traz à baila um tipo de discurso que se pretende esquecer, que urgência e as contingências da História recente teimam em empurrar para debaixo do tapete. O discurso de Miguel é, sobretudo, a fala advinda de uma experiência íntima, irrepetível e fundadora. Vale a pena reproduzi-lo:

não fales da guerra, Venda, que eu torturo-te: enquanto andavas aos tiros, a defender a Pátria, a dormir no mato e a apanhar mnalária, eu comia banana com leite condensado, bifes com molho de amendoim, bolo catembe, caranguejos à sofala, cuzcuz de Moçambique, matapá e mimini; ia à Pastelaria Princesa comer empadas e babás. [...] podiam ser estas memórias ou ser outras, um pátio de cimento onde jogávamos vôlei até muito de noite, e as luzes azuladas da noite nunca me saíram da cabeça, nunca deixaram de iluminar aquele pátio nas traseiras de uma casa, nem o cheiro da roupa transpirada, o cheiro da noite, por isso não me venhas com a cantiga da guerra, tu não sabes mas eu não venho à procura de uma vitória, não venho à procura de um combate que ficou por fazer, eu sou um derrotados, um dos vencidos, nunca poderia querer ganhar uma guerra em que não entrei, não me lembro do cheiro de pólvora, do cheiro dos mortos, do cheiro de merda, do cheiro de suor, do cheiro das feridas, do cheiro das queimaduras, do cheiro do pó, do cheiro dos outros homens. Eu lembro-me de uma cidade. Lembro-me de uma estrada. Lembro-me de um retrato. Lembro-me de uma tarde fantástica, lembro-me de ter dezasseis anos, talvez quinze, talvez oito ou sete, ou seis, ou de não ter idade, e lembro-me de isso fazer sentido. Lembro-me até do cheiro deste aeroporto, do cheiro de gasolina, e lembro-me do cheiro de vendedores de máquinas industriais que iam a Porto Amélia, e do cheiro do whisky em copos como este, esse mundo não acabou, esse mundo nunca terminou, mas esse não era o teu mundo, tu não poderias vê-lo em nenhuma parte nem poderias te-lo visto em nenhum ano de todos aqueles que passaste a combater pela Pátria e a defender a Pátria e, por extensão, a combater por mim (Viegas, 2002, p. 25-29).

O discurso que subjaz aqui prepara-nos para uma viagem sem sentido pelo interior de Moçambique. Miguel buscará Sara em vão, a primeira mulher que lhe dera o passe para o fim da infância. Ele não a encontra, e à parte o misticismo que poderia ser experimentado, o que se encontra é uma narrativa de tom memorialista sem ressentimentos ou saudades. Há apenas um sabor ao que poderia ter sido. Vale ainda assinalar que o passado não é buscado, não é reconstruído ou reinterpretado – ele está lá, na memória de Miguel como que

a lhe acenar apenas as encruzilhadas em que a vida lança os homens. Não há nada de extraordinário, a narrativa não almeja o tom épico de outros romances que revisitam a África colonial, ela busca, simplesmente, ser narrativa, ela busca somente restaurar entre leitores referências perdidas que o tempo poderá apagar, que a História irá apagar, mas que a memória poderá registrar, não em nome de uma verdade, mas simplesmente em nome de uma afetividade que transcende as cores nacionais e as guerras – sob as ruínas de Maputo, Miguel reencontra a sua *Lourenço Marques* nos subterrâneos de suas memórias.

É importante sublinhar que também estão encenados os outros discursos que concorrem com a memória de Miguel. Com maestria, o autor confronta Miguel com a história de Gustavo Mandane, o cadáver das primeiras páginas. Por artes que só um narrador acostumado às coincidências dos romances policiais, o defunto é a alegoria dos tempos passados, conviveu com Miguel e Sara nos tempos da antiga *Lourenço Marques* e reencontrou Sara nos tempos de Maputo, mas, na passagem de Miguel em Moçambique, está morto e Sara perdida para sempre. O fio da história se completa com fato de não haver sentido algum a ser buscado – Miguel não reencontra Sara, frustrando os leitores dos romances cor-de-rosa, ou dos romances negros, aliás, tática bem freqüente nas narrativas de Viegas – mas reencontra algum fio de si, isto é, reencontra o fio de sua memória. Chama, ainda, a atenção a ação do detetive/inspetor de polícia Domingos Assor que insiste num processo de doação de sentido permanente. Miguel fica em deriva, apesar de retomar o caminho da ocidental praia lusitana, sem o prêmio da Ilha dos Amores.

Em crônica no Primeiro de Janeiro, do Porto, Adelto Gonçalves assinala que aquela *Lourenço Marques que Viegas recupera está reconstruída como a Dublin de James Joyce, a Trieste de Italo Svevo, a Buenos Aires de Julio Cortázar e de Jorge Luis Borges ou a Havana de Cabrera Infante*. E, podemos acrescentar, por pura nostalgia, o Rio de Janeiro de Tom Jobim e Vinícius de Moraes. Dessa maneira, o romance de Viegas abre questões que urgem serem revistas – se não há o usual discurso ressentimento, há, em contrapartida, a recorrência ao percurso nômade do viajante que se desencontra de sua memória e que, por

isso, se desenraiza. É uma fala de lugar sem fronteiras precisas – Miguel viaja por Moçambique em busca de uma quimera, orientado por pontos falsamente fixos porque apenas o são em sua memória.

A concluir

Andréas Huyssen reflete que uma das lamentações permanentes da modernidade se refere à perda de um passado melhor, da memória de se viver num lugar seguramente circunscrito, com um senso de fronteiras estáveis e numa cultura construída localmente com o seu fluxo regular de tempo e um núcleo de ações permanentes. Estamos diante de uma narrativa da vivência, se os conceitos de Benjamin ainda puderem ser operativos, já que, como tal, é irrepetível, intransmissível e pessoal – mas almeja a sua socialização em busca da solidariedade de outros indivíduos que, neste romance, são meros fantasmas como Sara, a passearem pelas ruas de *Lourenço Marques*. Mais do que a lamentação da perda do “futuro que poderia ter sido”, a narrativa de Viegas encena de forma dramática a tensão que os pontos fixos de orientação sustentados pela memória sofrem ao se confrontarem com a história. São realinhados, são recalcados, são resignificados até se exaurirem e serem submetidos ao poder de uma outra memória, de uma memória global que julga ser o poder ter sido.

A série literária da memória da descolonização e da desterritorialização portuguesa encontra neste romance senão um ponto final, uma mudança definitiva de rumo – não estamos mais diante da memória da guerra e do ressentimento que os traumas daquele processo deixaram em evidência, o Miguel de Viegas é depósito de um discurso afetivo que redimensiona, enfim, o passado e põe em xeque a forma como foi fixado.

Referências

ALEGRE, Manuel. *A jornada de África*. Lisboa: D. Quixote, 1989a.

_____. *Atlântico*. Lisboa: D. Quixote, 1989b.

BRAUDEL, Ferdinand (Dir). *O espaço e a história no Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: atos de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

GONÇALVES, Adelto. Lourenço Marques ou a busca nostálgica de uma cidade perdida. In: "O Primeiro de Janeiro", do Porto, em 03/03/2003, disponível em: http://www.macua.com/livros/Lourenco_Marques_Adelto.html. Acesso em 20/09/2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.

HUYSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano/MAM-RJ/UCAM, 2000.

IANNI, Otávio. *Teorias da Globalização*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. São Paulo: Perspectiva/Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1992.

SARAMAGO, José. *A jangada de pedra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SEIXO, Maria Alzira. *A palavra do romance: ensaios de genologia e análise*. Lisboa: Horizonte Universitário, 1986.

VIEGAS, Francisco José. *Lourenço Marques*. Porto: Edições ASA, 2002.